

MARX SERIA PÓS-MODERNO? "POLÊMICAS" EM TORNO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Marilena Jamur¹

Resumo

Partindo da tentativa de identificar os fundamentos de polêmicas a respeito do uso das categorias representação e representações sociais no campo de estudos do Serviço Social - o que supostamente seria uma conseqüência da invasão de temas "pós-modernos" - neste artigo procura-se examinar em que medida essa hipótese encontra suporte na forma como essas categorias vêm sendo tratadas, por alguns autores, detendo-se, sobretudo naqueles ligados à teoria das representações sociais mais difundidos no Brasil. Considerando a multiplicidade de tendências teóricas na abordagem das representações sociais, são analisadas algumas delas, colocando o foco de atenção na questão que se considera mais pertinente: em que medida o uso dessa abordagem teórica pode ser relevante para o Serviço Social, para além das "polêmicas", cujos fundamentos, pelo menos até agora não foram explicitados na literatura que tem circulação nesse campo no plano nacional.

Palavras - Chave:

Representações Sociais - Serviço Social - Práticas Sociais - Mediações Teóricas.

Abstract

Starting from the attempt of identifying the controversial fundamentals in respect to the use of the representation categories and social representations in the field of study of the social work - which supposedly would be a consequence of the invasion of "post-modern" themes - in this article, we try

¹ Doutora em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris/FR. Professora do Programa de Pós-Graduação da PUC-RIO. E-mail: mjamur@ser.puc-rio.br

to examine in which extent this hypothesis finds support in the form of how such categories have been treated by some authors, mainly by those connected to the theory of social representations which are mostly divulged in Brazil. Considering the multiplicity of the theoretical tendencies in the approach of social representations, some of them are analyzed, focusing on the issue considered the most pertinent: in which extent the use of this approach can be relevant to the social work, beyond 'controversies', whose fundamentals, at least up to now, have not yet been explicitated in the literature which have circulation in this area, in the national level.

Keywords: Social Representations - Social Work - Social Practices - Theoretical Mediations.

Introdução

A interrogação contida no título deste artigo é, certamente, contra-factual e alude a certas formas simplistas de estabelecer associações entre elementos não relacionados que, lamentavelmente, são usuais em nosso meio.

Evidentemente, todos os que têm um mínimo de informações sobre a controvérsia que opõe modernidade e pós-modernidade reconhecerão imediatamente o contra-senso: como seria possível alguém indagar se Marx teria sido pós-moderno? A indagação é absurda, não apenas por uma questão de correspondência histórica², mas, principalmente, pelo conteúdo da obra de Marx, que muitos autores exploraram do ponto de vista da sua convergência com o pensamento da modernidade. Entre esses, se pode citar o texto de, BERMAN, publicado em 1982, que tem como título a célebre frase do Manifesto Comunista "*tudo que é sólido desmancha no ar*", que, segundo o autor, "*coroa a descrição que Marx faz da 'moderna sociedade burguesa'*", expressando "*algumas das mais profundas percepções da cultura modernista e, ao mesmo tempo, dramatiza algumas das suas mais profundas contradições*".

² O uso dessa categoria por Marx é anterior ao período em que os historiadores situam a emergência do fenômeno designado como pós-modernidade, que por consenso se estabelece corresponder ao surgimento da "sociedade pós-industrial", na segunda metade do século XX, caracterizada por mudanças no modo de operar do capitalismo, colocando novas questões (a passagem do fordismo ao pós-fordismo, ou seja, da produção monolítica padronizada em linhas em grandes unidades produtivas, para as formas descentralizadas de produção, com o uso de sofisticadas tecnologias de informação, o que permite uma "especialização flexível") - a esse respeito, ver, entre outros: Perry ANDERSON (1999).

Segundo BERMAN (1994:117) o pensamento de Marx e a tradição modernista confluem, sobretudo pelas *“tentativas de evocar e apreender uma experiência peculiarmente moderna, confrontando o âmbito da modernidade com emoções dispares, temor respeitoso e exaltação impregnados de um senso de horror”*... [entendendo a vida moderna como] *... crivada de impulsos e potencialidades contraditórias”*

Por outro lado, esse mesmo autor faz uma leitura do modernismo de uma perspectiva marxista,

“para sugerir como suas energias, instituições, ansiedades mais características, brotam dos movimentos e pressões da moderna vida econômica: de sua incansável e insaciável demanda de crescimento e progresso; sua expansão dos desejos humanos para além das fronteiras locais, nacionais, morais; sua pressão sobre as pessoas no sentido de explorarem não só os outros seres humanos mas a si mesmas; a volubilidade e a interminável metamorfose de todos os seus valores no vórtice do mercado mundial; a impiedosa destruição de tudo e todos os que a moderna economia não pode utilizar - quer em relação ao mundo pré-moderno, quer em relação a si mesma e ao próprio mundo moderno - e sua capacidade de explorar a crise e o caos como trampolim para ainda mais desenvolvimento, de alimentar-se da sua própria auto-destruição.”

Seria importante assinalar, ainda, que muitos analistas dos fenômenos considerados pelos apologistas da pós-modernidade, como características típicas desta, que estabeleceriam uma diferença radical em relação à modernidade - o que definiria, portanto o fim de um período na história da sociedade ocidental e a presença de algo inteiramente novo - indicam que tais fenômenos constituem apenas uma radicalização de tendências da própria modernidade, sob o modo de produção capitalista, frutos da lógica deste, e já enunciadas como tal, pelo próprio Marx³.

Portanto, a interrogação do título tem a *intenção* de chamar a atenção para o fato de que, de forma pouco fundada em elementos analíticos, o uso da categoria representações sociais vem sendo associado à cultura pós-moderna. Diante da constatação de que no campo do Serviço Social, freqüentemente, a qualificação de posições teóricas não é “deduzida” de uma análise interna consistente e demonstrável, mas a partir do reconhecimento de alguns elementos familiares que se torna-

³ Ver, entre outros, HARVEY (1993) e EAGLETON (1998).

ram jargões, existe o risco de se estabelecer, como tem ocorrido com outros objetos, uma espécie de “silogismo selvagem” do seguinte tipo: “diz-se que representação é uma temática pós-moderna; ora, Marx usa a categoria representação: logo, Marx é pós-moderno”.

A intenção inicial era fazer, neste artigo, uma reflexão sobre a temática das representações sociais, a partir de posições críticas contidas em textos publicados na área do Serviço Social no Brasil, tentando estabelecer uma espécie de balanço crítico, um levantamento do *estado da questão* quanto às perspectivas teóricas a partir das quais o uso da categoria representações é criticado e, sobretudo, associado à cultura pós-moderna; seria uma tentativa de compreender, enfim, quais são os focos centrais da polêmica.

Essa intenção surgiu da constatação de que é freqüente a manifestação de uma atitude de reserva com relação ao uso dessa categoria no âmbito do Serviço Social, embora esta área ocupe a terceira posição no levantamento da produção realizada no Brasil. Alguns dos que utilizam a categoria representações, fazem questão de afirmar imediatamente que não adotam a perspectiva das representações sociais desenvolvida por MOSCOVICI⁴ (1978). Menos freqüente, entretanto, é a explicitação da perspectiva teórica que seria adotada pelas pessoas reticentes, ou que expressam restrições às posições de Moscovici e/ou de outros autores que participam do movimento amplo e plural por ele iniciado. Considero que seria importante saber, a partir da definição daqueles que utilizam as categorias representações ou representações sociais, em que aspectos o uso que fazem difere do outro, e qual é a natureza da crítica teórica formulada àquela abordagem. Essa reticência e essa falta de explicitação da crítica, sempre despertaram a minha curiosidade, por acreditar que a universidade é o lugar onde divergências teóricas devem se manifestar livremente: os debates e controvérsias em torno de idéias e de perspectivas teórico-metodológicas fazem parte do ambiente universitário (ou pelo menos deveriam fazer), porque constituem não apenas um elemento essencial do nosso trabalho, mas a própria energia vital da universidade.

⁴ Essa perspectiva foi teorizada inicialmente no trabalho *La psychanalyse, son image et son public*, cuja primeira edição foi publicada na França em 1961; parte do texto foi traduzida para o português e publicada em 1978 pela Zahar Editores, com o título *A Representação Social da Psicanálise*.

Porém, entre a intenção inicial de fazer um balanço crítico e a possibilidade de realizá-lo, colocaram-se as condições objetivas: o pretendido levantamento das perspectivas críticas sobre representações sociais esbarrou na escassez de textos publicados na literatura brasileira de Serviço Social e das Ciências Sociais que dialoguem, discutam ou critiquem as perspectivas teóricas adotadas pelos que se associam à tradição de pesquisa inaugurada por MOSCOVICI há mais de 40 anos⁵. Não encontrei nenhum texto que respondesse às minhas indagações sobre as reservas feitas a essa teorização e, sobretudo, por que a temática das representações sociais vem sendo associada à pós-modernidade e considerada como uma espécie de “*eixo do mal*”, a ameaçar não só o Serviço Social, mas todas as Ciências Sociais.

No âmbito do Serviço Social, a única referência a essa associação, encontra-se num artigo de NETTO (1996:114), em uma nota de rodapé, que remete a outro autor, sem explicitar como e porque a noção de representação é vinculada ao que o autor chama de “maré-montante da pós-modernidade”. Por se tratar de um discurso indireto, não haveria condições de analisá-lo aqui, dado o seu caráter alusivo, considerando os problemas e dificuldades semânticas e metodológicas colocadas por esse tipo de “*discurso no discurso, enunciação na enunciação, que é,*

⁵ Os textos encontrados que criticam a perspectiva de Moscovici a partir do texto *A Representação Social da Psicanálise* (1978), foram: a) FIGUEIRA, Sérulo A. A “Representação Social” da Psicanálise. In: ____ (Org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980 - onde o autor critica a construção do conceito de representações sociais a partir da ótica da psicanálise; b) CROCHIK, José L. O conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro. *Revista Psicologia USP*, Vol. 5, nº 1-2, 1994, São Paulo: Instituto de Psicologia da USP - nesse artigo o autor se propõe a refletir sobre o conceito e seu objeto, apontando a modificação da concepção de indivíduo que se opera a partir da mudança epistemológica sustentada pelo termo. Outra abordagem crítica é de SAWAIA, Bader B. Representação e ideologia - o encontro desfetichizador, In: SPINK (1993) - onde a autora confronta os dois conceitos, para examinar o processo de construção da consciência humana, a partir da perspectiva filosófica de Agnes Heller. Embora considere a teoria das representações sociais “uma poderosa alternativa de estudo ao privilegiar os mecanismos sóciocognitivos que intervêm no processo de produção do conhecimento, considera-a insuficiente para explicar porque se tornam hegemônicas formas “que favorecem a servidão e a instrumentalização do ser humano”; d) LANE, Silvia T.M. Usos e abusos do conceito de Representação Social. IN: SPINK (1993) - a autora não critica a perspectiva teórica de Moscovici, mas o mau uso que se tem feito dessa abordagem, sob duas formas: uma quanto ao aspecto conceitual e outra ao aspecto metodológico.

ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação". Como adverte BAKHTIN (1986:144-148), "há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto"; o discurso citado e o contexto "unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas" sendo "impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta".⁶

Diante disso, redirecionando meu objetivo inicial, o que me proponho a fazer neste artigo é examinar em que medida a categoria representações e, mais especificamente, a categoria representações sociais nos permite levantar hipóteses sobre a existência de alguma afinidade entre a forma como ela é concebida e operada na filosofia, nas Ciências Sociais e por alguns autores importantes na tradição de pesquisa iniciada por Moscovici, e a chamada cultura pós-moderna. Não farei aqui uma abordagem das posições e concepções pós-modernas, nem das posições que as contestam, partindo do pressuposto de que elas são suficientemente conhecidas, dada a profusão da literatura a respeito e sua ampla difusão, há mais de duas décadas⁷. Destacarei apenas, nas concepções dos principais autores que refletiram sobre representações e teorizaram sobre representações sociais, os elementos que considero relevantes para indicar que não há necessariamente relação entre o uso dessas categorias e a cultura pós-moderna; e destacar nas reflexões de autores como Moscovici, Jodelet, Doise, Abric e Jovchelovitch, entre outros, perspectivas e afinidades que os colocam no campo contrário. É importante lembrar que o movimento de teorização sobre as representações sociais iniciado por Moscovici na França, e no âmbito da psicologia social, caracteriza-se hoje como um campo de estudos claramente interdisciplinar, que inclui diferentes áreas das ciências sociais e diferentes perspectivas

⁶ Remetemos os interessados na complexidade que envolve o discurso citado ou discurso referido, ao texto de BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem* São Paulo: Hucitec, 1986, (sobretudo aos capítulos 9 e 10, p.144-173).

⁷ Uma exposição sobre a modernidade, suas características em termos da sociedade e da cultura, se encontra, entre outros: no texto de Marshall BERMAN, *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; em MARTUCELLI, D. *Sociologies de la modernité*. Paris: Gallimard, 1999. As posições pós-modernas são apresentadas em *A condição pós-moderna*, de Jean-François LYOTARD (a primeira obra filosófica a utilizar a noção, lançada em Paris em 1979), Lisboa: Gradiva, 1989; para uma visão histórica, com abordagens críticas do fenômeno, ver: HARVEY (1992), ANDERSON (1999) e EAGLETON (1998), referenciados na bibliografia.

teórico-metodológicas; atualmente um esforço de pesquisa internacionalmente enraizado, observando-se, também, uma tendência à realização de estudos comparativos sobre determinados objetos, envolvendo equipes de pesquisadores de diferentes países e continentes⁸.

Pretendo, ainda, propor uma reflexão sobre a relevância e a pertinência do uso do *constructo teórico* das representações sociais para o Serviço Social. Nesse sentido, este é um trabalho exploratório de algumas tendências e possibilidades, sem ter nenhuma pretensão de ser um estudo exaustivo.

Representação: uma categoria pós-moderna?

O uso da categoria representação em filosofia tem uma longa trajetória de reflexão, envolvendo várias correntes filosóficas, tanto idealistas quanto materialistas que, desde Aristóteles, trataram das diferentes formas de apreensão dos objetos, cada uma delas tematizando uma dimensão, uma qualidade, a natureza ou os processos constitutivos do fenômeno representacional. Não é minha intenção reconstituir aqui essa trajetória, antes de qualquer outra razão, porque não tenho a competência necessária para tal empreendimento de síntese, embora não desconheça a importância de se poder situar a discussão das representações sociais em relação a esse quadro de referências⁹, assim como seria importante examinar o tratamento dado às representações no âmbito das ciências sociais¹⁰. Entretanto, gostaria de examinar como se posicionam a respeito do estudo das representações e de sua relevância, de suas características e funções sociais, alguns autores que num e noutro cam-

⁸ Sobre a história e o significado do conceito no âmbito da psicologia social, ver o artigo de Robert M. FARR, “Representações Sociais: a teoria e sua história”, IN: GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (1994), e o texto do próprio MOSCOVICI “Das Representações coletivas às representações sociais; elementos para uma história”, IN: JODELET (2001); na mesma coletânea, resenhada neste número, o artigo de JODELET “Representações sociais: um domínio em expansão” indica o caráter interdisciplinar da pesquisa nesse campo de estudos.

⁹ Para uma abordagem das diferentes perspectivas filosóficas sobre representação, ver JAVELET, R., HÖDL, L. et alli. *Historia del concepto de representación en la filosofía moderna*. Barcelona: Ed. A. Zimmermann, 1973.

¹⁰ No campo das ciências sociais a representação social, vem sendo abordada por diferentes áreas disciplinares e por diversos autores, como Louis Marin, Roger Chartier, Maurice Godelier e Pierre Bourdieu, entre muitos outros, além dos que se filiam à abordagem de Moscovici.

po, reconhecidamente, pela forma como as abordam, não podem ser suspeitos de qualquer adesão à pós-modernidade.

Uma parte da trajetória do conceito na filosofia é retomada por LEFEBVRE (1980) num texto publicado na França, onde examina as posições de Kant, Hegel, Marx e Nietzsche entre outros; nessa obra o autor faz uma discussão do conceito e do fenômeno, tratando também da genealogia de algumas representações contemporâneas¹¹. Analisa a importância e o lugar que as representações ocupam na sociedade contemporânea, mostrando como elas interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, por fazerem parte da vida e só podendo ser identificadas pela análise.

Esta perspectiva é também levantada por JODELET (1992:357-378) num importante texto (*Representações sociais: fenômenos, conceito e teoria*) onde examina os elementos fundamentais para delimitar a noção de representação social, analisando os traços essenciais do fenômeno representativo, os processos que o constituem e o seu enraizamento social. Situando-se num nível de análise diferente do de Lefebvre, a autora destaca, na definição geral das representações sociais, a sua natureza, a sua função e a marca da produção social na sua constituição:

“O conceito de representação social designa uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos geradores e funcionais socialmente marcados. De modo mais amplo, designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos de representação refere-se às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas servem na interação com o mundo e os outros”. (p. 361)

¹¹ Embora não exista uma obra-síntese que tenha como foco um confronto das diferentes perspectivas filosóficas quanto à questão da representação, essa discussão aparece de forma implícita ou explícita em diferentes obras filosóficas importantes, desde Aristóteles e Platão, passando por Descartes, Leibniz, Locke, Hume, Spinoza, Kant, Hegel, Marx, Heidegger, Wittgenstein, Nietzsche, até filósofos de um período mais recente, como Merleau-Ponty e Henri Lefebvre, entre outros.

A noção de representação, enquanto elemento fundamental do processo de conhecimento, também tem sido objeto da epistemologia (ou teoria do conhecimento), como disciplina que pretende dar conta do fenômeno do conhecimento, dentro do seu escopo de submeter à crítica os procedimentos utilizados para produzi-lo.

Refletindo a partir do âmbito da Antropologia, GODELIER (1978 e 1984), desenvolve uma reflexão epistemológica sobre a articulação entre as esferas material e ideal da produção social da existência, destacando a função exercida pelas representações, tanto no plano material, quanto no simbólico, assim como as suas inter-relações:

“quando analisamos o aspecto mais ‘material’ das realidades sociais, as forças produtivas de que a sociedade dispõe para agir sobre a natureza que a cerca, constatamos que contém dois componentes intimamente ligados, uma parte material (os utensílios, o próprio homem...) e uma parte ideal (representações da natureza, regras de fabricação e de uso dos utensílios, etc.). Estas representações são indispensáveis para a mobilização destes meios materiais, a qual se efetua por conjuntos de ações encadeadas, que constituem o que chamamos ‘processos de trabalho’. [...] Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades ideais, cuja origem é o pensamento que interpreta a ordem escondida no mundo e organiza a ação sobre as potências que o controlam. Meios materiais estão, muitas vezes implicados na realização desses rituais (objetos sagrados, argilas para pintar corpos, etc.), mas só possuem sentido e eficácia no interior do sistema de interpretação da ordem social e cósmica que os selecionou” (1984, p. 273).

Dentre muitos exemplos que o autor dá sobre a relação entre os planos material e ideal, examinando diferentes culturas, extraímos este que, embora tenha como objeto a cultura da antiga Grécia, nos ajuda a refletir sobre nossa sociedade:

“[...] quando analisávamos o significado da ausência de um termo designando o ‘trabalho’ em grego antigo e as representações ligadas à prática da agricultura, do artesanato, do comércio na Atenas antiga, vimos surgir um outro tipo de realidade ideal: representações que atribuem um valor positivo ou negativo a um indivíduo ou a um grupo,

conforme a tarefa material e/ou simbólica que cumpre e lhe conferem um status numa hierarquia social. E estas representações só fazem sentido no interior de um sistema de representações que define e legitima uma certa repartição de todas as tarefas necessárias à reprodução de uma sociedade entre os indivíduos e os grupos que compõem essa sociedade (homens/mulheres, velhos/jovens, senhores/escravos, aristocratas/plebe, padres/leigos, etc.). Este sistema de valores constitui um dos efeitos na 'divisão do trabalho' do jogo das relações de produção.” (idem, p. 274)

O autor assinala que, em várias situações, *“surgem ininterruptamente, no âmago de múltiplos aspectos da vida social, realidades ideais que se distinguem pelas funções que assumem”*. Essas realidades ideais aparecem não como efeitos das relações sociais no pensamento, mas *“como um dos seus componentes internos necessários, condição tanto da sua formação, como da sua reprodução”* (ibidem, p. 274). Em resumo, GODELIER afirma que:

“há ideal por toda parte, o que não implica que tudo seja ideal, no real (social). As idéias não aparecem como uma ‘instância’ separada das relações sociais, re-apresentando-as como demasiadamente tarde na consciência ao pensamento. O ideal está, portanto, no pensamento em todas as suas funções, presente e atuante em todas as atividades do homem, que só existe em sociedade, só existe como sociedade. O ideal não se opõe ao material, já que pensar é por em movimento a matéria, o cérebro. A idéia é uma realidade não-sensível, uma realidade que não é imediatamente evidente. O ideal é, portanto, o que faz o pensamento e sua diversidade, sua complexidade, correspondem à distinção e à complexidade das funções do pensamento”. (1978, p. 172)

O autor destaca *quatro funções das representações*, que seria importante mencionar aqui; segundo ele, as representações:

- 1. tornam presentes ao pensamento ‘realidades’ exteriores ou interiores ao homem, inclusive o próprio pensamento. Tais ‘realidades’ podem ser materiais e/ou intelectuais, visíveis e/ou invisíveis, concretas e/ou imaginárias, etc.;*
- 2. ‘apresentar’ ao pensamento uma ‘realidade’, quer dizer sempre, de parte do pensamento, interpretar essa realidade. Interpretar é explicar, definir a natureza, a origem e o funcionamento de uma ‘realidade’ presente no pensamento. Não pode existir re-*

apresentação que não seja ao mesmo tempo interpretação e que não suponha a existência de um sistema de representações, quer dizer, de um conjunto de representações ordenadas por uma lógica e uma coerência específicas, quaisquer que sejam. Estas interpretações só existem pelo e no pensamento. A partir do momento em que representam um mundo ou uma lei invisíveis, este mundo invisível começa a existir socialmente, mesmo que não corresponda a nada existente na realidade representada;

3. *a partir destas representações-interpretações, o pensamento organiza as relações dos homens entre si e com a natureza. Serve-lhes de armadura interna e de finalidade abstrata. Existe, então, sob a forma de regras de conduta, de princípios de ação, de permissões ou de interdições, etc.;*
4. *as representações da realidade são, enfim, interpretações que legitimam ou deslegitimam as relações dos homens entre si e deles com a natureza” (idem, p. 173).*

GODELIER assinala, ainda, que essas funções estão presentes em graus diferentes em todas as atividades sociais e compõem, juntamente com outras funções, relações sociais que não se reduzem a idéias:

“produzir e controlar os meios materiais de existência, assegurar a unidade e a permanência dos grupos humanos, apesar e através de inevitáveis contradições (interesses e poder), atuar sobre a ordem visível e invisível do mundo, etc. Estas funções não podem ser assumidas sem o pensamento, mas não se reduzem a fatos de pensamento e o pensamento não pode deduzi-las por si próprio. Não nascem somente nele, mas se enraizam mais fundamentalmente no fato de que somos uma espécie social que pode agir sobre suas condições materiais e sociais para transformá-las. E este fato é herdado pelo homem da evolução pré-humana da natureza. O pensamento exerce as possibilidades do cérebro. Não as cria.”

Seria importante estabelecer agora um paralelo entre as funções das representações assinaladas por GODELIER e as indicadas por JODELET (1992:371-372), ao se referir aos processos de construção das representações sociais:

“Mais complexo e fundamental do que ele pode parecer, o processo de ancoragem, situado numa relação dialética com a objetivação, articula as três funções de base da representação: função cognitiva

de integração da novidade, função de interpretação da realidade, função de orientação das condutas e das relações sociais”.

Tratando, também, das funções das representações sociais, ABRIC (1994:15-18) considera que:

“a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu ambiente físico e social, que vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-codificação da realidade, porque ela determina um conjunto de antecipações de expectativas.”

Para este autor, as representações sociais têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas, pelo fato de desempenharem quatro tipos de funções essenciais: a) funções de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade; b) funções identitárias: elas definem a identidade e permitem salvaguardar a especificidade dos grupos; c) funções de orientação: elas guiam os comportamentos e as práticas; d) funções de justificação: elas permitem justificar *a posteriori* as tomadas de posição e os comportamentos.

Examinando a relevância da análise das representações de um outro ângulo, o da práxis social, e focalizando a sua articulação com a ideologia, observemos como a filósofa Marilena CHAUI, considera a importância dessa categoria, na apresentação de dois estudos¹². Segundo a autora:

“a produção das representações é uma dimensão da práxis social, tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns aos outros no movimento pelo qual uma sociedade se efetua como sociedade determinada”. CHAUI e FRANCO (1978:9)

Chauí prossegue, criticando o fato de não darmos a devida atenção ao fenômeno representacional, analisado por Marx em diferentes dimensões, como veremos adiante:

¹² O primeiro, de sua autoria, intitulado “Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira”, faz parte de um projeto de estudo das representações e práticas autoritárias no Brasil a partir de 1930; o segundo, denominado “O tempo das ilusões” de autoria de Maria Sílvia Carvalho Franco, se refere à ideologia produzida por um grupo de intelectuais reunidos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). IN: CHAUI e FRANCO (1978).

“Quando fazemos análise de ideologia, tendemos a esquecer essas formas da existência social que são o pensamento e as representações, esquecimento talvez proveniente do hábito de lermos apenas a parte inicial da Ideologia alemã, negligenciando as partes seguintes da obra nas quais, justamente Marx faz a crítica da ideologia alemã, ou seja, dos discursos filosóficos alemães. Porque costumamos estacionar nos capítulos iniciais (acerca da ideologia em geral) e especialmente, nas análises referentes à produção dos ideários como inversão imaginária do real e como misticismo das idéias a moverem-se sobre seus pés espirituais para que homens de carne e osso dominem e explorem outros, também de carne e osso, temos a tendência a dar menor atenção à paciente análise interna dos discursos particulares, feita nos capítulos posteriores”.

Noutro trabalho, em que propõe uma nova forma de focalizar as dicotomias saber-poder, ciência-ideologia, humanismo-tecnocracia, alienação-consciência verdadeira, elite-povo, sociedade civil-Estado, democracia-socialismo, CHAUI (1980:18-19) assinala que os pares dicotômicos, em alguns casos, não estão em relação de oposição, mas de complementaridade e, noutros casos, há contradição entre os termos, afirma que a emergência da ideologia em sentido forte é algo intrínseco às sociedades históricas¹³. Para a autora, o campo da ideologia é

¹³ “A partir do momento em que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com o anteparo de um saber e de um poder anteriores e exteriores à sua práxis, capazes de legitimar a existência de certas formas de dominação, as representações desses mesmos sujeitos, detidas no aparecer social e determinadas pela separação entre trabalho e pensamento, irão constituir o pano de fundo sobre o qual pensarão a si mesmos, pensarão as instituições, as relações de poder, a vida cultural, a sociedade e a política no seu todo. É elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (o discurso do social) e do discurso político (o discurso da política), se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e sobre a política. Essa passagem do discurso de para o discurso sobre constitui o primeiro momento na elaboração da ideologia. Surge agora, um corpo de representações e de normas através do qual os sujeitos sociais e políticos se representarão a si mesmos e à vida coletiva. Esse corpo de representações e de normas é o campo da ideologia no qual os sujeitos sociais e políticos explicam a origem da sociedade e do poder político; explicam as formas de suas relações sociais, econômicas e políticas; explicam as formas ‘corretas’ ou ‘verdadeiras’ de conhecimento e de ação; justificam, através de idéias gerais (o Homem, a Pátria, o Progresso, a família, a Ciência, o Estado), as formas reais da desigualdade, dos conflitos, da exploração e da dominação como sendo, ao mesmo tempo, ‘naturais’ (isto é, universais e inevitáveis) e ‘justas’ (ponto de vista dos dominantes) ou ‘injustas’ (ponto de vista dos dominados)”.

o campo do *imaginário*, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de *conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações* tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Em texto mais recente, CHAUI (2001:10) examina as funções das ideologias e das representações colocando-as em relação, ao analisar o mito fundador da sociedade brasileira¹⁴.

Tratando da gênese das representações LEFEBVRE (1980:69) considera que se pode distinguir genealogias diferentes: algumas são engendradas pelas relações e pelo modo de produção, colocando-se a serviço de ambos, elaborando-se em ideologia, como é o caso da representação do trabalho que Marx analisa, mostrando como na sociedade capitalista se constrói sobre uma representação quantitativa do trabalho concreto, possibilitando uma forma específica de exploração. A força das representações é proveniente da dissimulação da sua base social que realizam. Outras representações, segundo o autor, têm uma origem mais longínqua, vindo

“do mais profundo de sociedades anteriores, ligadas às mitologias e às religiões. Apresentam-se bastante modificadas, tendo perdido na aurora dos tempos modernos o caráter profundo dos arquétipos simbólicos ao se tornarem representações, servindo para dissimular, simulando outra coisa. Estão em todas as mentes.”

Este último tipo de representação ao qual se refere o autor, parece ser o fenômeno que vem sendo pesquisado por MOSCOVICI e VIGNAUX (1994:25-72 e 2003:215-281), a partir do conceito de *themata*:

“todos os nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provém de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas [...] as representações sociais são sempre derivadas de elementos nucleares ‘pseudoconceituais’: arquétipos de raciocínio comum ou ‘pré-

¹⁴ Segundo a autora, esse mito “oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”.

concepções’ estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (longue durée), isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o estatus de imagens genéricas.

Tais imagens podem ser apreendidas em períodos longos e são constituídas por conceitos-imagens, concepções-primeiras profundamente ancoradas na memória coletiva, noções primitivas. Trata-se, como explicitam os autores,

“de topoï, ou seja, de ‘lugares’ do senso comum, onde este vai encontrar fonte de desenvolvimento e meios de se legitimar, porque são ‘lugares’ ancorados no perceptível (a cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (a cultura e seus ritos próprios, quer dizer, seus jogos operatórios na representação). Em geral isso toma a forma de ‘noções’, ancorando sistemas de oposições (isto é, colocadas em contraste na relação) relativas ao corpo, ao ser, à ação em sociedade e de modo geral ao mundo”¹⁵.

Uma importante função de mediação da representação, do ponto de vista do pensamento social e da sua relação com os processos cognitivos, é abordada por MOSCOVICI (1978:65) e por JODELET (1992:362): o primeiro assinala que

“tem-se insistido no papel de intermediário que o representado desempenha entre o percebido e o conceito, tratando-se de uma construção lógica”; salienta, entretanto, que “no real, a estrutura de cada representação apresenta-se aos sujeitos desdobrada, com duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica, correspondendo a cada figura um sentido e a todo sentido uma figura”.

¹⁵ Os autores dão vários exemplos, entre os quais, a oposição homem/mulher, que pode dar origem a um certo número de *themata* conceituais, como: **homem = força; mulher = graça**, que através de um longo período vão afetar os comportamentos, as condutas, as imagens, atuando como “núcleos semânticos”, que geram e organizam regimes discursivos e tomadas de posição cognitivas e culturais, tipos de argumentação (“feminismo” versus “machismo”, “a mulher no lar” versus “a mulher no trabalho”, etc.). Considero que podemos encontrar uma das formas de manifestação desse fenômeno nos provérbios populares, que atravessam séculos e não conhecem fronteiras geográficas na expressão de um determinado tipo de representações - veja-se por exemplo o levantamento de provérbios de oito países publicado em edição trilingüe (francês, português, inglês) por LACERDA, R. C.; LACERDA, H.R.C.; ABREU, E. S. *Dicionário de provérbios*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

Para JODELET, um aspecto importante a ressaltar, é a *dimensão de mediação* que as representações estabelecem entre o indivíduo e seu meio social, ao se constituírem em sistemas de interpretação, assinalando que a representação trata “do conteúdo concreto de um ato de pensamento que, simbolicamente restitui algo ausente, aproxima algo longínquo. Essa é uma particularidade importante que assegura à representação sua aptidão para fundir percepção e conceito, e seu caráter imagético”.

Tal dimensão mediadora, é apontada também por LEFEBVRE (1980:64), que ressalta a sua importância, demonstrada através de vários exemplos, como o da representação do feminino, onde ressalta que a eficácia da ideologia “*provém das representações que persistem nela, mais ou menos reconhecíveis*” e que são elaboradas no processo histórico¹⁶.

Entretanto, MOSCOVICI (1978:66) considera que

“isso não tem sido suficientemente apreciado do ponto de vista psicológico, nem do ponto de vista sociológico. Se o fosse, seria compreendido que, ao tornar assim presente o ausente, habitual o não habitual, os mecanismos representativos desmantelam o que é imediatamente evidente e refazem no universo a unidade entre os vestígios de universos isolados e separados.”

A dimensão de mediação já fora apontada por MARX, num dos sentidos em que o autor utiliza o termo representação; cabe esclarecer aqui que ele o utiliza em diversos sentidos, dos quais dois são globalmente distintivos¹⁷: por um lado ele utiliza o termo como uma derivação especificada

¹⁶ É interessante observar, na análise que o autor faz das representações construídas pelo cristianismo entre a natureza e o divino, onde as relações de mediação estão presentes, tanto no processo representacional, quanto nos seus produtos, através das figuras mediadoras (aqui no sentido de intermediários entre a divindade (Deus Pai) e o mundo criado (o Cristo, a Virgem) que intercedem permanentemente pelos seres humanos. Um exemplo dessa função, para além da sua presença cotidiana no imaginário popular, encontramos na criação artística brasileira: basta lembrar a peça teatral popularizada pela televisão e pelo cinema, “*O auto da compadecida*”, onde o desfecho do julgamento celeste só é favorável ao personagem, que infringiu todos os códigos “armando” situações em seu benefício, pela intervenção mediadora da Virgem-Mãe.

¹⁷ Representar, no sentido de exprimir, manifestar, expor, ou produzir uma relação, nos textos de Marx, aparece sempre na forma do verbo *darstellen*; representação no sentido abordado neste artigo aparece nos textos como *vorstellung* (que não inclui o sentido de representação política, para o qual existe outro termo - *vertretung*).

e fortemente crítica da definição hegeliana¹⁸; por outro lado ele deduz desta uma acepção original, que se tornou canônica no marxismo.

No primeiro sentido, a representação pode designar o momento de intercessão entre intuição e pensamento (estando aqui mais próximo de Hegel): “a totalidade pensada é o produto da elaboração que transforma em conceitos a intuição e a representação”¹⁹. A representação é aqui “o elo intermediário entre a percepção e o conceito”, mantendo-se esse único sentido de mediação. Conseqüentemente, a representação servirá também para qualificar uma disposição humana geral (da qual os animais são privados), uma aptidão universal à atividade intelectual: “O resultado ao qual se chega pelo trabalho, preexiste idealmente na imaginação do trabalhador”. Num segundo sentido, de momento ou aptidão, a representação designa, ainda, seus produtos como categorias, suas realidades objetivadas. O uso marxiano aqui é rigorosamente crítico, tanto da ilusão especulativa, quanto do senso comum²⁰.

O termo representação também é usado para qualificar o elemento ideológico comum: Marx fala, então, de “representações tradicionais” ou de “representações” simplesmente, para referir-se a idéias falsas, ou parcialmente falsas. A representação, neste caso, assume o sentido clássico, como representação ideológica, na *Ideologia Alemã* (IA), onde se expressa a primeira tentativa de teorização do processo de representação, como sistematização deformada e mistificada da realidade²¹. No

¹⁸ Para Hegel a representação é a síntese da imagem interior com a existência reproduzida, o interior tendo a partir daí a determinação de poder se colocar diante da inteligência e de ter nela o seu “estar-aí” Cf. *Encyclopédie Philosophique*, Gibelin, Librairie Vrin, p. 251.

¹⁹ MARX, K. *Textes sur la méthode en science économique*. Paris: Éditions Sociales, 1977, 161-162.

²⁰ “Quando, ao partir de realidades: maçãs, pêras, morangos, eu formo a representação geral de “Fruto”; quando eu *imagino* que minha representação abstrata “o Fruto”, tirada dos frutos reais, é um ser que existe fora de mim, ou melhor, que constitui a verdadeira essência da pêra, da maçã, etc, eu digo ... que o que é essencial nessas coisas, não é sua existência real para a intuição sensível, mas ... a essência da minha representação, “o fruto”: a representação é aqui meio de inversão filosófico-especulativa.

²¹ Representar é se *fazer* uma representação constituída com todos os seus elementos, ou seja, “partilhar, em cada época histórica, da ilusão dessa época” (IA:60). A noção de representação indica, no que se refere à ideologia, que esta capta elementos de conhecimento, com o fim de globalizá-los em um sistema (de representações) agindo sobre os homens como uma força material objetiva: a “imaginação”, a “representação” que homens determinados se fazem da sua prática real se transforma na única potência determinante e ativa que domina e determina a prática desses homens” (IA:61.)

Capital, MARX (1977:178) explica, igualmente, de que forma a representação como efeito de distorção resulta, na consciência dos agentes da produção, em opacidade do funcionamento do próprio modo de produção capitalista.

Esse trabalho de exploração e confronto poderia prosseguir, identificando nos autores selecionados, e em muitos outros, as perspectivas que os situam num campo epistemológico que dificilmente poderia ser caracterizado como pós-moderno. Acreditamos, porém, que o material aqui apresentado já é suficiente; todos aqueles habituados a analisar posições teóricas para além dos rótulos simplificadores, saberão reconhecer alguns traços gerais que - embora desenvolvidos de forma diferente a partir do ângulo de análise em que situa cada autor citado ao abordar o fenômeno representacional - expressam perspectivas que, genericamente se poderia caracterizar como: tributárias de uma perspectiva epistemológica totalizadora na observação e na compreensão desse fenômeno; as representações sociais são estudadas como objetos teoricamente construídos sobre realidades empíricas; são analisadas levando em conta a inserção dos sujeitos que as constroem na história da sociedade, com um determinado padrão de relações sociais, onde ocupam uma dada posição na estrutura social; essas formas de pensamento socialmente construídas não são consideradas meras cópias ou reflexos que reproduzem o real; são estudadas na sua relação com a cultura e a sociedade onde se constituem, sendo a análise das suas condições de produção e circulação, um elemento fundamental na orientação teórico-metodológica de autores como Moscovici, Jodelet, Abric, Jovchelovitch, entre outros. Uma síntese dos eixos de problematização que orientam o estudo das representações sociais, com as características aqui apontadas, é apresentado por JODELET (2001:33); a orientação epistemológica adotada pela autora também pode ser melhor conhecida num artigo, publicado neste mesmo número, em que trata das articulações entre as noções de representação social e de cultura.

A relevância do uso da categoria representações para o serviço social

A apropriação das representações sociais (RS) como *constructo teórico* na área do Serviço Social no Brasil apresenta uma situação que se poderia chamar de dual: por um lado, não existem, até o momento, estudos em que as RS ocupem um lugar central, ao contrário do que ocorre em outras áreas das ciências humanas e sociais e

naquelas codificadas como aplicadas; por outro lado, um levantamento da produção brasileira sobre RS entre 1982 e 1997²² mostra que o serviço social ocupa a terceira posição entre as diversas áreas, com 18% do total produzido, que inclui livros, capítulos de livros, artigos, teses e dissertações, trabalhos e comunicações apresentados em eventos. Como aponta a análise feita por SÁ e ARRUDA (2000), seria necessário ampliar temporalmente esse estudo e elaborar uma análise crítica dessa produção, para se ter uma avaliação mais completa, sobretudo do ponto de vista teórico-metodológico, identificando as principais tendências nela presentes.

Nesse mesmo artigo, ao constatar que a produção aumentou significativamente no período examinado, expressa-se uma preocupação quanto à difusão e à visibilidade da abordagem das RS, levando os autores a se perguntarem, se não se trataria de um “modismo”. É evidente que não se pode descartar tal possibilidade, tratando-se de áreas onde esse fenômeno infelizmente é tão comum; e só a já mencionada análise crítica dessa produção poderia ajudar a responder a essa questão.

Quanto ao Serviço Social, mesmo sem uma análise sistemática, é possível constatar que, em boa parte do material produzido - como ocorre também em outras áreas - não se encontra uma sólida fundamentação teórica lastreando a abordagem das RS, seja vinculada às perspectivas do campo teórico aberto por Moscovici, seja a qualquer outra filiação teórica; nesse caso, representação social é usada como uma noção vazia de significado (e não como categoria ou conceito articulado a uma problemática teórica) equivalente a outras noções que poderiam substituí-la (como percepção, concepção, visão, etc.), sem alterar o padrão de análise. Com isso, o estatuto teórico das RS é negado, tornando-se um rótulo vazio, por não se levar em conta os eixos de problematização fundamentais, que asseguram à abordagem seu pleno significado teórico-metodológico.

²² Trata-se de um levantamento realizado em 1997, do qual participaram pesquisadores das diferentes áreas das Ciências Sociais, cujos resultados foram publicados e analisados num artigo de SÁ, Celso P. e ARRUDA, Ângela, O estudo das representações sociais no Brasil. IN: *Revista de Ciências Humanas (Temas de Nosso Século): Série Especial temática - Representações Sociais e Interdisciplinaridade*. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC, 2000, p. 11-31.

Isso não significa, entretanto que essa perspectiva teórica não ofereça um instrumental profícuo aos profissionais do Serviço Social, ou que ela não possa ser consistentemente explorada. Como se dá com qualquer abordagem, é necessário adotar os pressupostos teórico-metodológicos que a caracterizam e diferenciam de outras, tendo clareza quanto à sua relevância para a construção do objeto de estudo e para o direcionamento do processo de pesquisa – o que obviamente deve ser o principal fator que orienta a escolha feita pelo pesquisador, em qualquer área. Essa forma de apropriação envolve não apenas formação teórico-prática no campo específico das RS, mas domínio do que BOURDIEU et alli (1994:73) designam como atos epistemológicos (ruptura, construção, constatação) e da hierarquia existente entre eles, “*que subordina a constatação à construção e a construção à ruptura*”; é necessário ultrapassar “*a representação mais corrente dos procedimentos de pesquisa como um ciclo de fases sucessivas*”, para apreender a lógica dos atos epistemológicos, o que implica em realizar um conjunto de operações epistemologicamente qualificadas, entendendo que o seu encadeamento não se refere a “*uma divisão burocrática do trabalho*”, mas a um processo dialeticamente orientado, onde “*todo o ciclo está presente em cada uma delas*”.

Desde que atendidas tais condições, considero que a teorização disponível sobre o fenômeno das RS, que inclui também perspectivas e métodos diferentes para estudá-las, oferece aos assistentes sociais um valioso instrumento para o conhecimento e a intervenção na realidade social. Caracterizando-se como uma área que tem no seu horizonte uma prática profissional junto à população usuária dos serviços sociais, poderá se beneficiar da utilização desse *constructo teórico*, sem tomá-lo porém, como uma *panacéia universal*, que pode tudo explicar. Nesse sentido, cabe lembrar aqui a recomendação metodológica de SÁ (1998:15): é preciso, antes de mais nada, preocupar-se com a própria plausibilidade da existência de um fenômeno concreto de representação social e com a possibilidade de abordá-lo segundo a teoria das RS e com os recursos metodológicos disponíveis.

A título exploratório, poder-se-ia identificar algumas direções em que os atuais desenvolvimentos teórico-metodológicos sobre RS teriam contribuições a oferecer ao Serviço Social: uma delas apontaria para a realização de pesquisas sobre representações construídas por diferentes sujeitos, grupos, classes e segmentos populacionais sobre “o social” como esfera de intervenção da sociedade e do Estado, sobre a questão

social e sobre uma série de noções que se constituem a partir dela²³, como pobreza, exclusão/inserção, desigualdade social, cidadania, direitos sociais, entre outras; isso possibilitaria explorar melhor as formas de pensamento social construídas sobre o campo onde se realiza o trabalho profissional dos assistentes sociais em relação com outros agentes, onde emergem questões quanto às funções e fronteiras que delimitam a esfera de intervenção de cada um, fornecendo um quadro de compreensão dos fenômenos representacionais, que mantém uma relação dialética com as práticas dos sujeitos - sejam eles os profissionais, a população por eles atendida, os políticos e gestores de políticas sociais, os membros de organizações da sociedade civil, etc. - e as formas como eles se constituem e circulam nas interações profissionais e sociais²⁴.

Uma outra direção seria dada pela investigação da relação entre práticas e representações. Embora não haja estudos mais amplos e sistemáticos a respeito do campo da prática profissional, trabalhos sobre algumas áreas onde o Serviço Social atua, indicam a enorme distância entre os avanços realizados pela profissão nos últimos 30 anos, em termos de reflexão teórica e de desenvolvimento do seu sistema de formação profissional e as características da prática desenvolvida pelos assistentes sociais no interior das organizações públicas e privadas²⁵.

²³ Ver, a esse respeito: a discussão que faço no artigo Reflexões acerca de uma esfera construída e conflitual: “o social”. *Revista O Social em Questão*, vol. 1, nº 1, 1997. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social. P. 25-56; o artigo de PEREIRA, Potyara A. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. *Temporalis*, nº 3, jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, p. 51-61.

²⁴ É bastante conhecida a fórmula usada por um usuário do serviço social para explicar quem é o assistente social: “é aquela moça boazinha que o governo paga para ter pena da gente”. Essa representação do profissional, banalizou-se como parte do anedotário profissional, e do repertório utilizado para se referir aos problemas de definição e afirmação de uma identidade profissional permanentemente em crise; se fosse tratada do ponto de vista da teoria das representações sociais, considerando a identidade como um sistema de relações e representações (MELLUCI, 1996), poderia constituir um excelente exemplo de construção social ancorada em elementos de uma cultura política onde a noção de direito não se afirmou para todos, reproduzindo a hierarquia dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos nesta sociedade, onde as formas de tratar a desigualdade social e seus efeitos têm a função de mantê-la.

²⁵ Remetemos, entre outros estudos, aos de GENTILLI, Raquel. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. São Paulo: Veras, 1998; o de ABREU, Marina M. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos para prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002; e o de VASCONCELOS, Ana M^a de. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

Não caberia discutir aqui o que determina a existência dessa distância, suas conseqüências e sua persistência, apesar de todos os esforços que vêm sendo realizados em diversas instâncias e por diferentes atores para superá-la²⁶. Essa questão é aqui introduzida para indicar uma possível contribuição dos estudos sobre RS para uma compreensão das dificuldades enfrentadas pela profissão nesta área: uma das questões teóricas tratadas por diferentes autores é a da relação entre RS e práticas, que tem sido abordada a partir de diferentes perspectivas, como analisa CAMPOS (2003), ao realizar um balanço das diversas posições²⁷. Vários estudos sobre as representações sociais das profissões, de suas funções e de suas práticas têm sido realizados, abordando-as tanto do ponto de vista dos próprios profissionais, como dos usuários dos seus serviços, dos políticos e gestores ligados aos contextos de intervenção, podendo sugerir linhas de investigação bastante profícuas para estudar questões relativas ao Serviço Social²⁸.

²⁶ Sobre essa questão, ver: JAMUR, Marilena. *Imaginaire du changement et idéologie de la permanence: la formation professionnelle des assistants sociaux au Brésil (1936-1989)*. Tese de Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 1990.

²⁷ Ver CAMPOS, Pedro Humberto F. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. IN: CAMPOS, Pedro H.F. e LOUREIRO, Marcos C.S. (Orgs.) *Representações Sociais e Práticas Educativas*. Goiânia: Ed da UCG, 2003, p. 21-36.

²⁸ Entre muitos, podem ser citados dois interessantes estudos incluídos na coletânea organizada por Denise JODELET (2001): o de Augusto PALMONARI e Bruna ZANI. As representações sociais no campo dos psicólogos - que analisam como se construíram diversas representações do trabalho do psicólogo, face à exigência de fixar o seu sentido e seu conteúdo por falta de uma definição institucional, e como as representações engendraram tomadas de posição específicas a respeito desse trabalho (p. 261-279); o estudo de Michel GILLY, As representações sociais no campo da educação - onde o autor examina a relação entre representações sociais e discursos sobre e os discursos sobre a instituição e a relação pedagógica, chamando a atenção para o papel que os conjuntos organizados de significações têm no processo educativo, nas relações pedagógicas e como afetam a própria avaliação dos seus resultados. Ver também o estudo de Christian GUIMELI, IN: ABRIC (1994), *La fonction d'infirmière - pratiques et représentations sociales* - analisa num campo empírico a relação entre as modificações introduzidas na profissão e nas funções de enfermeira (induzindo novas práticas) e a modificação da estrutura das representações dos profissionais; sobre as representações da profissão de assistente social, um interessante estudo sobre a permanência de certas representações entre profissionais formados com um intervalo de cerca de 30 anos, se encontra em SANTOS, Yara M^a Frizzera. *Nós, as assistentes sociais - estudo antropológico das subjetividades e ambivalências da profissão*. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social-UFRJ, 1999.

Outra direção a explorar situa-se no campo da reprodução da profissão, ou seja, da formação profissional, propiciando elementos teóricos importantes para apreender a dimensão simbólica associada aos processos educativos, para compreender e explicar de que forma ela interfere nos resultados obtidos pelo sistema de formação profissional, onde se constata mudanças e permanências, tanto em termos de representações, quanto de práticas²⁹.

Nessa área, vem de Michel Gilly a principal contribuição sobre as RS no campo educativo, trazendo elementos importantes para uma reflexão sobre questões ligadas à formação dos assistentes sociais, incluindo a dimensão de formação permanente. O autor considera que, ao dar atenção ao papel de conjuntos organizados de significações no processo educativo, essa abordagem “*oferece um novo caminho para a explicação de mecanismos pelos quais fatores propriamente sociais agem sobre tal processo e influenciam seus resultados*”, favorecendo, ao mesmo tempo, as articulações entre conhecimentos das áreas de psicossociologia e de sociologia da educação. GILLY (2001:322) assinala que essa articulação se refere não apenas à compreensão de fenômenos macroscópicos, como a relação entre pertencimento a um determinado grupo social e atitudes e comportamentos diante da escola, ou a forma como o professor concebe seu papel, mas também permite alcançar outros níveis de análise, como a relação pedagógica e a construção de saberes. Analisa como as RS, enquanto sistemas autônomos de significações sociais, “*são o produto de compromissos contraditórios sob a dupla pressão de fatores ideológicos e de imposições relacionadas ao funcionamento efetivo do sistema escolar*”. Segundo ele, diante de uma instituição que está longe de realizar, na prática, as mudanças esperadas, os indivíduos se apóiam em sistemas representacionais, para orientar e justificar seus comportamentos, “*que privilegiam mais freqüentemente elementos e esquemas caracterizados por forte inércia*”. Examinando as condições para que se realizassem mudanças nas instituições educativas e nas práticas dos profissionais, Gilly ressalta que os sistemas de RS referentes à escola devem ser considerados na sua relação com outros sistemas mais gerais de RS, dos quais dependem, como as RS do mundo do trabalho, marcado por hierarquias e desigualdades e pelo modelo hierárquico prestígio social - poder - dinheiro que o caracteriza.

²⁹ Os interessados nesse confronto, o encontrarão no meu artigo “A formação para o Serviço Social no Brasil: expectativas, desafios e antigas contradições no sistema”, publicado na *Revista O Social em Questão*, vol. 5, nº 5, 2º sem., 2000. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social. P. 25-56.

Essas são algumas indicações analíticas que talvez possam sugerir algumas hipóteses de pesquisa sobre problemas enfrentados pelo nosso sistema de formação profissional, partindo de algumas relações que se pode perceber; não havendo espaço aqui para explorar todas as dimensões da contribuição desse autor, remetemos os interessados a um de seus textos, publicado no Brasil por JODELET (2001), juntamente com outros estudos sobre áreas de interesse para o Serviço Social.

Caberia assinalar que as direções aqui focalizadas, mantêm articulações entre si, embora cada uma delas privilegie um ponto de vista, ou uma dimensão que é possível abordar a partir da teoria das representações sociais. Além disso, é possível registrar a contribuição de diversos estudos que têm sido publicados, cobrindo áreas como saúde, educação, política, economia, violência, justiça e problemas decorrentes das desigualdades sociais, que poderão ampliar a compreensão de objetos específicos relacionados com áreas de atuação do Serviço Social³⁰.

Considerações finais

Uma das tarefas mais desafiadoras enfrentadas pelas Ciências Sociais nas duas últimas décadas tem sido a de ultrapassar polarizações que se constituíram historicamente, transformando-se em obstáculos epistemológicos à compreensão dos fenômenos sociais, na medida em que propunham um olhar sobre a realidade a partir de conceitos bipolares excludentes: ideal/material, objetivo/subjetivo, individual/coletivo, voluntário/involuntário, consciente/inconsciente, interior/exterior, etc. Muitos cientistas sociais se engajaram nesse esforço de superação, tentando encontrar caminhos no plano teórico-metodológico para, na construção dos seus objetos, dar conta das relações entre os aspectos objetivos e subjetivos do mundo social e estabelecer mediações e distinções entre o ponto de vista do observador sobre aquilo que ele observa e a maneira como os sujeitos sociais percebem e vivenciam as suas próprias ações; isso também obriga os pesquisadores a uma reflexividade sociológica, na medida em que precisam incorporar na construção de seus objetos, uma reflexão sobre a sua própria relação com esses objetos. Tenta-se, assim, superar tanto as tendências metodológicas ditas

³⁰ Ver, por exemplo coletâneas que, além de discussões teórico-metodológicas, incluem estudos dessa natureza, organizadas por: CAMPOS (2003), JODELET (2001), JODELET & MADEIRA (1998), MOREIRA (2001), MOREIRA & OLIVEIRA (1998), GUARESCHI & JOVCHELOVITCH (1994), SPINK (1993).

holistas, quanto as *individualistas*, tanto as perspectivas *deterministas*, quanto as *voluntaristas*.

As abordagens dos fenômenos sociais designadas como *relacionais*, não fixam o olhar exclusivamente nem na sociedade, nem no indivíduo - percebidos como entidades separadas - mas buscam apreender relações: entre indivíduos, num sentido amplo que transcende as interações face-a-face, assim como nos universos objetivados que tais relações produzem e lhes servem de suportes, na medida em que são constitutivos dos indivíduos e dos fenômenos sociais, simultaneamente. Trata-se, portanto, de apreender como indivíduos plurais são produtos e produtores de relações sociais diversificadas, de entender as realidades sociais como construções históricas e cotidianas de sujeitos individuais e coletivos. Nessas abordagens, a historicidade se constitui numa noção importante, pela sua tripla dimensão: o mundo social se constrói a partir de pré-construções anteriores, como entendeu MARX (1945:15): “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições por eles escolhidas, mas em dadas condições, herdadas do passado”; as formas sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, deslocadas e transformadas, enquanto outras são criadas nas práticas e nas inter-relações da vida cotidiana dos sujeitos; essa herança do passado e esse trabalho cotidiano constituem um “campo dos possíveis” aberto em relação ao futuro.

No processo histórico as realidades sociais são, portanto, simultaneamente objetivadas e interiorizadas. Por um lado, elas remetem a mundos objetivados: os indivíduos e grupos utilizam objetos, regras, palavras e instituições que constituem um legado das gerações anteriores, transformando-os e criando novos produtos sociais - recursos objetivados que, exteriorizados em relação aos sujeitos, constituem para eles tanto base, quanto limites para a sua ação. Por outro lado, essas mesmas realidades se inscrevem em mundos subjetivos e interiorizados, constituídos de formas de percepção e de sensibilidade, de *representação* e de conhecimento. Realiza-se, assim, um duplo movimento: de interiorização do exterior, através dos processos de socialização e de aprendizagem; exteriorização do interior através das práticas individuais e coletivas.

Pela perspectiva dialética adotada na teorização sobre as RS, ela pode ser considerada uma das abordagens que se insere nesse esforço de superação das tradicionais dicotomias apontadas. Por ela, também, se estabelece a diferença entre a teorização das representações sociais

aqui examinada e outras, que se designam “construtivistas”, e propõem que “*a realidade social seria apenas representação*”³¹. Os autores aqui examinados consideram que as representações participam efetivamente da construção da realidade social, porém entendem que elas não esgotam toda a realidade.

Ao contrário de outros que - afinados com as atuais formas de ceticismo e de nihilismo, colocam em dúvida a existência do mundo real - afirmam que o mundo social nada mais é que um produto das nossas representações, os autores que adotam o *constructo teórico das representações sociais* entendem que “*a representação é uma atividade simbólica do sujeito em relação com o mundo que não é totalmente dado, nem totalmente aberto, mas que o precede e o institui como sujeito, ao mesmo tempo que vai sendo instituído e transformado como produto da ação humana*” (JOVCHELOVITCH, 2000:176). A autora, ao analisar como “*as mediações sociais, em todas as suas formas públicas, geram representações sociais*”, afirma que elas são sociais em sua gênese e no seu ser, pois não teriam nenhuma utilidade num mundo onde os seres humanos vivessem isolados, aliás, nem mesmo existiriam RS. Acentuando que elas são construídas pelos sujeitos “*para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nos transcende*”, considera as RS como “*um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além do espaço de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública*” (idem, p. 81).

Pelas suas características e funções, as RS têm dupla dimensão mediadora: ao mesmo tempo que se constituem através de mediações, passam a se constituir em mediações entre o sujeito e o mundo social, como foi assinalado aqui, através do enfoque de vários autores.

O mencionado esforço realizado no campo das Ciências Sociais na busca de superação das visões dicotômicas do social pode oferecer importantes elementos reflexivos para a área do Serviço Social, onde muito se avançou nas últimas décadas, em termos de uma compreensão ampla da complexidade inerente ao seu campo de intervenção. Esse desenvolvimento, porém, hoje coloca novas tarefas e desafios, sobretudo um esforço no que se refere à reflexão sobre a articulação dos macro-processos sociais e

³¹ Como, por exemplo, a de WATZLAWICK, Paul (Org.) *L'invention de la réalité - contributions au constructivisme*. Paris, Seuil, 1988.

das determinações que se expressam na definição das condições concretas em que se realiza a prática profissional, construindo mediações teóricas e superando uma “*economia de reflexão e trabalho empírico*”, já observada e criticada na área da sociologia, por GRIGNON e PASSERON, apoiados em Marx: “*o conhecimento das relações de força entre grupos e classes não entrega numa bandeja a chave de suas relações simbólicas e do conteúdo de suas culturas ou de suas ideologias*”³².

Minha expectativa é que os elementos aqui apresentados, possam servir para provocar um verdadeiro debate no âmbito do Serviço Social sobre a teorização que vem sendo produzida em várias disciplinas que hoje participam do campo de estudos das representações sociais; considero que essa categoria teórica, dadas a sua *complexidade* e a sua *transversalidade*, apontadas por JODELET (2001:17-44), interessa a várias disciplinas que estudam as dimensões sociais e políticas da ação dos indivíduos, grupos e movimentos sociais - ação que seria impensável sem a mediação das representações - cuja compreensão se amplia através de abordagens interdisciplinares. As RS poderiam ser exploradas com proveito no campo do Serviço Social, onde a questão das mediações teóricas e teórico-práticas, ainda está por se estabelecer consistentemente; por outro lado, esse campo poderá dar a sua contribuição, estudando-as em relação com as práticas, e a partir delas, um ponto de observação privilegiado para a manifestação de determinados fenômenos representacionais, ligados diretamente com essa entidade nebulosa e múltipla de significações e práticas, designada como “o social”.

³² Segundo os autores, freqüentemente se vê opor uma leitura marxista minimalista da Reprodução à tarefa de descrever os mecanismos complexos da dominação simbólica ou das relações que vinculam apenas indiretamente o funcionamento das culturas dominantes e dominadas à dominação social. O sucesso desse esquema vem da economia de trabalho empírico que ele permite fazer: não é mais necessário descrever os mecanismos de imposição simbólica e de examinar sua eventual distância com relação aos mecanismos da dominação social, pois se considera dispensado de descrever as relações entre culturas, quando se conhece as relações entre grupos que são seus suportes. Vê-se, aliás, que o uso dessa **decalcomania** se estende para além da filiação marxista: comprovam-no o uso de expressões como “discurso dominante”, “sociologia dominante”, etc. que se referem somente à constatação da força (social ou econômica) de um grupo ou de uma instituição”. IN: GRIGNON, C. e PASSERON, J-C. *Lê savant et le populaire. Populisme et miserabilisme en sociologie et en littérature*. Paris: Ed. Du Seuil, 1989, p. 27.

E não consigo ver nisso nenhuma grave ameaça. O que me parece ameaçador à profissão, não é o fato de se utilizar a categoria teórica das representações sociais, mas o fato de utilizá-la como uma etiqueta vazia de referências teóricas, como um sucedâneo ou equivalente de outras categorias (como concepção, percepção, etc.), por falta de formação teórica adequada e pelas condições gerais em que se realiza a nossa formação profissional, que já examinei em outro lugar.³³ A prática corrente da rotulação sem fundamento, a repetição *ad nauseam* de slogans e “chavões” vazios que substitui o discernimento teórico, a adesão a correntes teóricas que se faz como conversão religiosa, bloqueando qualquer questionamento ou crítica, essas são as verdadeiras ameaças aos avanços conquistados pela profissão, que também examinamos no artigo citado.

Penso que Terry EAGLETON (1997:184-185), considerado um dos mais destacados críticos marxistas da cultura contemporânea - e creio que insuspeito de qualquer impulso pós-moderno - num texto onde examina a questão da ideologia, desde o surgimento do conceito até o pós-modernismo, contribui para desfazer alguns equívocos: ao criticar a posição de alguns autores designados “pós-marxistas”, afirma que estes propõem “*abandonar totalmente o termo ‘representação’, enquanto à sua volta ‘as massas ignorantes’ continuam a dizer que ‘a fotografia de um esquilo ‘representa’ um esquilo, ou que um conjunto de círculos interligados ‘representa’ os jogos olímpicos*”. Para o autor, “*o termo representação tem usos perfeitamente válidos, como sabe muito bem o populacho, ainda que não alguns pós-marxistas*”. Alertando para o fato de que se trata de “*uma prática cultural mais complexa do que os empiristas pensavam*”, o autor considera que a tentativa de eliminar toda noção de representação não é, ideologicamente inocente: pretende-se, assim, “*negar a alegação marxista clássica de que existe alguma relação interna entre condições socioeconômicas particulares e tipos específicos de posições políticas ou ideológicas*”. Não caberia aqui sintetizar toda a complexa argumentação do autor; ao citá-lo, pretendo apenas, através da sua perspectiva, mostrar que a complexidade dessa discussão e o potencial heurístico da categoria representações, exigem mais do que uma etiquetagem simplificadora.

³³ Remetemos os interessados ao nosso artigo “A formação para o Serviço Social no Brasil: expectativas, desafios e antigas contradições no sistema”, publicado na *Revista O Social em Questão*, vol. 5, nº 5, segundo semestre de 2000. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social. P.25-56.

Caberia lembrar aqui uma distinção feita por José Paulo NETTO, em comunicação verbal, num de seus seminários, que me tem servido como um excelente guia de leitura da nossa vida universitária; ao comentar algumas dificuldades da produção de conhecimento em nosso campo, disse o professor: “*ciência, só se faz com dúvidas, enquanto que política só se faz com certezas*”³⁴.

Considero que a existência de polêmicas verdadeiras - e não mero efeito de discurso³⁵ - assim como a explicitação das divergências teóricas, constituem uma parte essencial do nosso trabalho de formação, se acreditamos que a universidade - assim como a sociedade - deve ser algo diferente do que ela é hoje sob o signo da mercadoria, com o predomínio da ideologia neoliberal e do pensamento único, como descreve com precisão CHAÚÍ (1999 : 27-51); nesse sentido, se queremos qualificar efetivamente a área do Serviço Social, nossa tarefa mais importante e urgente é capacitarmos os estudantes para aprenderem a pensar com autonomia, desenvolvendo a sua capacidade de abstração, de associação e de análise, de reconhecimento de diferenças na definição de problemáticas teóricas, de conceitos e categorias, de tal forma que possam identificar as controvérsias e compreender quais são os seus fundamentos.

Por isso, seria importante, fecundo e urgente, recuperar o sentido da crítica como parte incessante do processo dialético, tal como a concebeu Marx: com um dinamismo que impulsiona e inspira tanto os críticos como os que são criticados, na direção de um patamar superior de reflexão sobre a realidade.

³⁴ NETTO, J.P. Comunicação verbal no Seminário “Teoria e Prática em Serviço Social”, realizado na ESS-UFRJ, em 05/06/1987.

³⁵ Entre os termos mais utilizados no âmbito do Serviço Social atualmente estão *polêmica*, *debate* e *questão*. Considero, porém, que o uso desses termos não é pertinente, por ser meramente retórico, uma vez que, na literatura profissional, polêmicas e debates sobre qualquer temática, podem ser considerados raros; mesmo que não se tivesse a expectativa de um alto nível de debate teórico, como tantos que geraram uma ampla literatura sobre temas relevantes nas ciências humanas e sociais, como o realizado entre John Rawls e Jürgen Habermas no âmbito das teorias da justiça, para citar um só, entre tantos exemplos. Quanto ao uso (e ao abuso) do termo *questão*, sobretudo *questão social*, remeto ao artigo de PEREIRA, Potyara A. *Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania*. *Temporalis*, Ano 2, nº 3, (jan/jun, 2001). Brasília: ABEPSS. P. 51-61.

Bibliografia

- ABRIC, Jean-Claude (Dir.) *Pratiques sociales et représentations*. Paris: P.U.F., 1994.
- ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, M^a Sílvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: ED. Moderna, 1980.
- _____. Produtividade e Humanidades. *Tempo Social*. USP, S. Paulo, 1(2): 45-71, 2. sem. 1989.
- _____. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: ED. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DOISE, Willem e PALMONARI, Augusto (Dir.). *L'étude des représentations sociales*. Neuchâtel-Paris: Delachaux & Niestlé, 1994.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Ed. UNESP/Boitempo Editorial, 1997.
- GODELIER, Maurice. La part idéelle du reel. Essai sur l'idéologique. *L'Homme*, XVIII (3-4): 1978. p. 170-186.
- _____. *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard, 1984.
- GRACIA, Tomás I. (Org.) *Ideologías de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai Ed., 1988.
- GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- GUIMELLI, Christian (Dir.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel-Paris: Delachaux & Niestlé, 1994.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (Dir.). *Psychologie sociale*. Paris, P.U.F., 1992. p. 357-378.
- JODELET, Denise (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *La présence et l'absence. Contribution à la théorie des représentations*. Paris: Casterman, 1980.
- MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar ED., 1978.
- MARX, Karl. *Le Capital - Livre Troisième*. Paris: Éditions Sociales, 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Paris: Ed. Sociales-Messidor, 1982.
- _____. *Études philosophiques*. Paris: Éditions Sociales, 1977.
- _____. *Le dix-huit brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Éditions Sociales, 1945.
- MOSCOVICI, Serge e VIGNAUX, Georges. Le concept de Thémata. In: GUIMELLI, Christian (Dir.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel-Paris: Delachaux & Niestlé, 1994. P. 25-72.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez Ed., abril 1996, p. 87-132.
- SÁ, Celso P. de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SPINK, Mary Jane. *O conhecimento do cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.